

## **TDAH E DISLEXIA: PROBLEMATIZANDO AS ADAPTAÇÕES EM SALA DE AULA**

Clariane do Nascimento de Freitas <sup>1</sup>  
Miriam Dias Vargas <sup>2</sup>  
Ana Caroline Pinto da Rosa <sup>3</sup>  
Gisele Bauer Mahmud <sup>4</sup>  
Luana Fietz da Silva Raznievski<sup>5</sup>

### **Introdução**

As autoras deste texto atuam num Programa de Atendimento Especializado Municipal (PRAEM) numa cidade da região central do Rio Grande do Sul. Este programa atende crianças/estudantes matriculados nas escolas municipais que apresentam dificuldades em seu processo de aprendizagem. A equipe é multiprofissional, tendo profissionais da fonoaudiologia, da psicologia, da terapia ocupacional e da educação, sendo que as professoras dividem-se nos seguintes serviços: apoio pedagógico, grupos de TDAH e atenção à dislexia.

Desde 2021, a Lei nº 14.254 (Brasil, 2021) dispõe sobre o acompanhamento integral para os estudantes com dislexia ou TDAH e outros transtornos de aprendizagem garantindo a eles o direito de serem encaminhados para diagnóstico. A referida lei orienta que estes estudantes devem receber apoio educacional em sua rede de ensino e também o apoio terapêutico especializado na rede de saúde, quando identificada a necessidade. Nestes termos, entende-se que o PRAEM atende ao que está disposto na legislação vigente.

Entendemos como ‘apoio educacional’ todo o suporte necessário para que estes sujeitos possam ter acesso à educação e ao conhecimento que está sendo desenvolvido em sala de aula, pois, em função destes transtornos, o processo de aprendizagem ocorre de forma diferente para eles, o que denota ser necessário uma forma diferente de apresentar o conhecimento. Nesse sentido, além dos atendimentos individuais e/ou em grupos realizados no PRAEM, o trabalho realizado pela equipe estende-se também como um serviço de apoio às escolas destes estudantes, no sentido de orientar os professores para a realização das adaptações necessárias de acordo com as especificidades de cada um.

Desse modo, o objetivo do presente texto é discutir a importância das adaptações curriculares para os estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento, especificamente o

---

<sup>1</sup> Professora da Rede Municipal de Santa Maria - RS, [clariane.freitas@profe.santamaria.rs.gov.br](mailto:clariane.freitas@profe.santamaria.rs.gov.br);

<sup>2</sup> Professora da Rede Municipal de Santa Maria - RS, [miriam.vargas@profe.santamariane.rs.gov.br](mailto:miriam.vargas@profe.santamariane.rs.gov.br);

<sup>3</sup> Professora da Rede Municipal de Santa Maria - RS, [ana.rosa@profe.santamaria.rs.gov.br](mailto:ana.rosa@profe.santamaria.rs.gov.br);

<sup>4</sup> Professora da Rede Municipal de Santa Maria - RS, [gisele.bauer@edu.santamaria.rs.gov.br](mailto:gisele.bauer@edu.santamaria.rs.gov.br)

<sup>5</sup> Professora da Rede Municipal de Santa Maria - RS, [luana.raz@edu.santamaria.rs.gov.br](mailto:luana.raz@edu.santamaria.rs.gov.br)

Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e a Dislexia, enfatizando as possibilidades da aprendizagem sem exclusão ou privação dos conhecimentos, competências e habilidades a serem desenvolvidas em sala de aula.

### **Metodologia**

A escrita deste texto adotou a pesquisa bibliográfica e documental para apresentar os conceitos referentes à nossa proposta de problematização, a qual contempla a importância das adaptações na sala de aula para estudantes com Dislexia e/ou TDAH. A partir deste referencial, as discussões constituíram-se numa análise teórica em relação à prática que as autoras experienciam no seu cotidiano de trabalho.

### **Referencial Teórico**

A dislexia é considerada um transtorno do neurodesenvolvimento de origem biológica e, de acordo com o DSM-5, as pessoas com dislexia apresentam “problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldades de ortografia” (AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION, 2014, p. 67). O diagnóstico de dislexia deve ser realizado por equipe multidisciplinar e faz-se necessário que sejam descartadas as hipóteses de deficiência intelectual, problemas de acuidade visual ou auditiva não corrigida, outros transtornos mentais ou neurológicos e educação escolar inadequada.

Um fator importante a se destacar é que a pessoa com dislexia têm dificuldades relacionadas à leitura e à escrita, mas não tem comprometida a cognição e a inteligência. Conseqüentemente, a forma como as pessoas com dislexia irão desenvolver suas habilidades cognitivas, apesar das dificuldades que são próprias do transtorno, depende diretamente também dos estímulos e interações realizadas no meio em que estes sujeitos estão inseridos. Ou seja, os professores devem promover a aprendizagem considerando as outras formas de aprender para além da leitura e escrita. Atualmente, a cultura digital é predominante, o que possibilita que as formas de registro possam ser outras, como a imagem e o som. Considerando os diferentes recursos disponíveis, entende-se que a dislexia não pode ser – e não é – um impeditivo para o acesso ao conhecimento e à informação.

Do mesmo modo, entendemos que ter o diagnóstico de TDAH não pode obstaculizar a aprendizagem dos estudantes, visto que não se trata de um transtorno de aprendizagem, apenas influencia o processo de aquisição de competências e habilidades, o que pode ser abordado de forma eficaz por meio de boas estratégias. Para Barkley (2002), o TDAH trata-se

de um transtorno genuíno, no qual a criança/estudante não age de maneira negligente ou intencional. Os desafios enfrentados são intrínsecos à sua vontade, e não são facilmente controlados ou auto regulados. Assim, há prejuízos que estão para além da vontade ou controle da pessoa como este transtorno (BARKLEY, 2002).

De acordo com a American Psychiatric Association (DSM-IV), existem três tipos de apresentação do transtorno: predominantemente desatento, predominantemente hiperativo-impulsivo e o combinado.

Observa-se que o TDAH afeta as funções executivas, o que se manifesta em déficits relacionados à inibição comportamental, atenção sustentada e resistência à distração. Além disso, há dificuldades na regulação do nível de atividade da pessoa em resposta às demandas de uma situação, resultando em hiperatividade ou inquietação (DIAMOND, 2013).

O acompanhamento do TDAH deve ter uma abordagem multidisciplinar, ou seja, requer uma abrangente intervenção comportamental, psicológica, educacional e médica, seguida de orientação aos familiares, para auxiliar na gestão contínua da criança/estudante com o diagnóstico de no manejo contínuo do seu transtorno.

Diante do exposto, considera-se como uma abordagem eficaz à diversidade dos estudantes com Dislexia e TDAH, a adoção de adaptações, pois estas garantem o acesso da aprendizagem que respeita as individualidades e especificidades de cada um. Pois, de acordo com Santos et al (2024), trata-se de um “conjunto de ajustes aplicados aos objetivos, conteúdos, métodos e avaliações do currículo para satisfazer as necessidades de aprendizagem específicas de todos os estudantes” (SANTOS et al., 2024, p.08). Desse modo, acredita-se que o direito à educação de qualidade somente ocorrerá se todos os estudantes, independentemente de seu diagnóstico, tiverem suas demandas atendidas através das adaptações necessárias.

### **Discussão**

Diante do exposto acima, acredita-se que uma educação de qualidade, respeitando as especificidades deste estudante somente se tornará efetiva se os professores considerarem a diversidade das salas de aula, sem levar em conta qualquer diagnóstico. É importante mencionar que, diante do cenário nacional da área da saúde, os encaminhamentos feitos para os especialistas, em muitos lugares, demoram a ser atendidos. No entanto, em nossa prática, ainda nos deparamos com docentes um pouco resistentes em realizar tarefas diferenciadas para seus estudantes sob o pretexto de que “eles não têm um laudo, então não sou obrigado a

fazer adaptações” (sic). Defendendo uma perspectiva de educação inclusiva, acreditamos que o trabalho do professor é ensinar, independentemente de haver ou não um diagnóstico, pois acreditamos que o professor precisa respeitar e considerar as demandas e dificuldades de todos os de sua classe.

Para além deste bom senso, temos a legislação que ampara o direito de todos os estudantes. Em relação às especificidades de aprendizagem, destacamos nossa lei maior na área da educação: a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. Em seu artigo 13, ao enumerar as incumbências dos professores menciona: “III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;” (Brasil, 1996). Ou seja, para todo estudante que apresentar uma dificuldade de aprendizagem, um menor rendimento em relação ao currículo desenvolvido com a turma, cabe ao professor pensar em diferentes formas para auxiliar este sujeito a superar suas dificuldades.

Em 2022, foi aprovado o Decreto nº 11.079 que institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. Para a implementação desta política, as ações foram organizadas em eixos. Dentre eles, destacamos o eixo 3: atenção individualizada aos discentes e às suas famílias. O qual, tem dentre seus objetivos “a) articular ações para promover priorização curricular, metodologias educacionais, métodos de avaliação e estratégias personalizadas destinadas ao processo de ensino e aprendizagem;” (Brasil, 2022).

E, especificamente em relação à dislexia e ao TDAH, os estudantes com estes diagnósticos são amparados pela Lei nº 14254 de 2021 que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Para estes sujeitos, o artigo 3º estabelece que seus próprios educadores no contexto da escola devem realizar um acompanhamento específico em relação às suas dificuldades.

Desse modo, todos aqueles que estejam nas escolas, com ou sem um diagnóstico, mas que apresentam algum tipo de dificuldade ou defasagem em sua aprendizagem têm o direito de receber atenção diferenciada para atender às suas demandas específicas. Para isso, os professores têm como um dos recursos, realizar as adaptações das atividades. Entende-se aqui adaptações como alterações em relação à forma como o conteúdo é apresentado e à quantidade de material disponibilizado.

Importante destacar que adaptar não é substituir o conteúdo que o estudante está com dificuldades por meras ‘folhas de desenho’. Pelo contrário, adaptar exige dedicação e conhecimento sobre o potencial de cada estudante. Nesse sentido, observa-se a necessidade de

oferecer formação continuada aos professores para auxiliá-los a repensar suas práticas e criar estratégias criativas e eficientes para seu alunado.

Como já dito anteriormente, tanto a dislexia quanto o TDAH não são impeditivos da aprendizagem - desde que sejam realizadas as devidas adaptações para que estes sujeitos possam acessar o conhecimento, ou seja, o currículo escolar segundo as suas potencialidades e possibilidades. Nesse sentido, a título de exemplo, pode-se utilizar recursos midiáticos como vídeos, audiobooks, podcast além de outros recursos com apoio visual como o uso de marca textos, esquemas e mapas mentais, a adoção de textos resumidos com o apoio de figuras, dentre outros.

Este ano, a equipe de trabalho das autoras está realizando formações continuadas com equipes diretivas das escolas municipais, coordenadores pedagógicos e também para os professores dos anos iniciais. Estes momentos são fundamentais para a qualificação do trabalho docente, pois durante os atendimentos realizados no PRAEM, percebe-se a dificuldade na realização de adaptações em relação aos materiais disponibilizados em sala de aula.

Acredita-se que este trabalho mais próximo aos professores, no sentido de dar um suporte mais personalizado, pode apresentar resultados mais eficazes em relação à adaptação dos materiais para estes estudantes.

### **Considerações Finais**

A partir do breve referencial apresentado, discutiu-se sobre a importância das adaptações curriculares para os estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento, especificamente o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e a Dislexia. Considera-se que promover as possibilidades da aprendizagem sem exclusão ou privação dos conhecimentos, competências e habilidades a serem desenvolvidas em sala de aula é direito fundamental de todos os estudantes, com ou sem qualquer diagnóstico.

Nesse sentido, mostrou-se que a legislação vigente contempla a todos os estudantes e que o fato de não haver um diagnóstico não pode ser um impeditivo para que os professores possam realizar as adaptações necessárias para a efetiva inclusão escolar.

Consequentemente, urge a necessidade de formações continuadas para os professores com o intuito de auxiliá-los nesse processo de reestruturação, revisão e atualização de sua prática pedagógica com vistas a oferecer uma educação de qualidade e equitativa.

Palavras-chave: TDAH, Dislexia, Adaptações, Inclusão, Diversidade.

## Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARKLEY, R. A. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade TDAH guia completo para pais, professores e profissionais de saúde**. São Paulo: Artmed. 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 14254 de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para os estudantes com dislexia ou TDAH ou outro transtorno de aprendizagem. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º dez. 2021.

BRASIL. DECRETO Nº 11.079, de 23 de Maio de 2022. Institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 mai. 2022.

DIAMOND, A.. **Executive functions**. Annu. Rev. Psychol. 64, 135–168, 2013.

SANTA MARIA. LEI Nº 5.991, DE 23 DE JUNHO DE 2015- Dispõe sobre **Programa de Atendimento Especializado Municipal no Município de Santa Maria**.

SANTOS, S.M.A.V. et al. Educação inclusiva: adaptação de estratégias de ensino para atender à diversidade. **REVISTA CADERNO PEDAGÓGICO**, Studies Publicações e Editora Ltda., Curitiba, v.21, n.3, p. 01-20. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/132+Caderno+P.pdf>. Acesso em: 24 de out. 2024.